

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 3.574, DE 2023

Dispõe sobre a criação do Programa Doador Rumo a Universidade.

Autor: Deputado PASTOR EURICO

Relator: Deputado DR. FERNANDO MÁXIMO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise cria o Programa Doador Rumo à Universidade, que concede acréscimo de dez por cento sobre a nota final do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, a alunos da rede estadual de ensino que desejarem ingressar em curso superior oferecido por universidades públicas e institutos federais, mediante a comprovação de serem doadores de sangue, medula óssea, outros órgãos ou tecidos e leite materno.

Atribui ao Ministério da Educação a definição de pesos e notas mínimas das provas realizadas.

O artigo 2º estabelece como requisitos do programa a idade entre 18 e 25 anos, cursar o ensino médio na rede estadual, doar sangue no período por no mínimo quatro vezes. Ser doador de medula óssea ou outros tecidos e órgãos entre 18 e 25 anos ou ter doado leite materno humano por no mínimo quatro vezes. Prevê que doadores menores de dezoito anos devem obter consentimento formal do responsável legal.

O artigo 3º define que a comprovação da qualidade de doador se dará pela apresentação de documento expedido pela entidade coletora no ato da inscrição do certame.



O Autor justifica a relevância da iniciativa pela importância de estimular alunos e cidadãos a se tornarem doadores de sangue, órgãos, tecidos e leite materno, na proposta mediante bônus de 10% sobre a nota final do ENEM. O Autor conjuga o aumento da inclusão escolar com a crise de oferta de sangue e derivados para transfusão. Ressalta a falta de conscientização da população como fator limitante para as doações. Assim, pretende expandir os estoques dos bancos de doação do país.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. Em seguida à nossa, analisarão a proposta as Comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Relator analisar as questões sob a ótica da saúde, sendo que as atinentes à educação serão analisadas em seguida.

Assiste razão ao Autor ao salientar tanto a escassez de sangue para transfusões quanto a pujança da Rede de Bancos de Leite Materno do Brasil, exemplo reconhecido mundialmente. A escassez dos estoques de sangue é constante, tornando-se crítica especialmente em épocas como o Carnaval, férias, feriados e festas, e traz risco aos pacientes com sangramentos ativos quando indisponíveis a quantidade e tipo sanguíneo específico.

A doação de sangue, medula e leite materno é costumeira entre doadores vivos. O transplante de órgãos intervivos é uma situação mais restrita, que, segundo a Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, depende de capacidade civil plena e a destinação a cônjuge ou parente até o quarto grau, ou autorização judicial se se tratar de outra pessoa. Portanto, a faixa etária indicada no projeto está adequada.

Há que se ressaltar ainda que o mero cadastramento como doador não comprova a efetiva doação de medula óssea ou de órgãos e tecidos. Acreditamos que este reparo deve ser feito no texto do projeto para



beneficiar apenas os que efetivamente realizaram doações, nos moldes do disciplinado para sangue ou leite materno.

Assim, propomos emenda modificativa ao inciso III do artigo 2º definindo a efetiva doação e não o mero cadastramento como requisito para ter acesso ao bônus idealizado.

Em conclusão, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.574, de 2023, com a emenda apresentada a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. FERNANDO MÁXIMO
Relator

2024-11929



COMISSÃO DE SAÚDE**PROJETO DE LEI Nº 3.574, DE 2023**

Dispõe sobre a criação do Programa
Doador Rumo a Universidade.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se ao inciso III do art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

III – ter doado medula óssea ou outros órgãos/tecidos no
período entre 18 a 25 anos de idade; ou"

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. FERNANDO MÁXIMO
Relator

2024-11929

